



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

ANEXO VII

CONTRATO N°/2018

CONTRATO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL CELULAR (SMP), PARA COMUNICAÇÃO DE VOZ E DADOS, VIA REDE MÓVEL DISPONÍVEL NACIONALMENTE, COM TECNOLOGIA DIGITAL NAS MODALIDADES LOCAL E LONGA DISTÂNCIA, A SEREM EXECUTADOS DE FORMA CONTÍNUA, POR MEIO DE APARELHOS CELULARES (SMARTPHONES) QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO, QUE ENTRE SI FAZEM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA 6 SUDAM E A EMPRESA.....:

A **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA 6 SUDAM**, Autarquia Federal criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007 e regulamentada pelo Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, sediada na Travessa Antônio Baena, 1113, na cidade de Belém, Bairro do Marco, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 09.203.665/0001-77 doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora de Administração-substituta, Sra. **KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS**, matrícula Siape nº 1086177, CPF/MF nº 586.403.712-53, designada por meio da Portaria nº 243, de 28/09/2015, publicado no DOU de 30/09/2015, seção 2, Pág. 187, domiciliada à Travessa Antônio Baena, 1113, Bloco 6C6- 7º andar, Bairro Marco, Estado do Pará e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, portador do CPF/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente/domiciliado na Av. João Paulo II, nº 880, Bairro: Marco, resolvem firmar o presente instrumento contratual, com sujeição ao Decreto 3.555, de 08/08/2000; à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; ao [Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005](#), à IN/SLTI/MP nº 02/2010; à Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014; pela IN/MDIC nº 103, de 30/04/2007, à IN/MPO nº 02/10; pela IN SLTI/MP nº 05/17 e à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações naquilo que couber, ou qualquer outro que vier a lhes substituir, consoante o Processo nº 590004/01954/2018-80 e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA 6 DA APROVAÇÃO E DA LICITAÇÃO

1.1. O presente Contrato, cuja lavratura decorre da autorização da Diretoria-Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, exarada no processo respectivo, é celebrado com amparo no Decreto nº 8.275, de 27 de Junho de 2014.

1.2. A contratação para a execução dos serviços foi precedida de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº xx/2018, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000; do [Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005](#), do Decreto nº 7.892/13, IN nº 02, de 11 de outubro de 2010, IN/MPO nº 05/2017 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como, pelas normas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA 6 DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o(s) seguinte(s) serviço(s):

2.1.1. Desinstalação dos 4 (quatro) elevadores existentes, conforme Tabela 01, bem como aquisição, elaboração de Projeto Executivo e instalação completa de 4 (quatro) elevadores no Bloco 6C6 desta Autarquia, compreendendo motores, sistema de comando, sistemas de segurança, cabos de aço, guias, molas, polias de tração, cabina, portas, batentes, botoeiras, sistema de gerenciamento e supervisão de tráfego e demais componentes, conforme previsto nas especificações técnicas (Item 5.2 e Anexo II),

2.1.2. Serviço de manutenção preventiva e corretiva, sob sistema de ressarcimento de peças, para o novo sistema instalado, por 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por até 60 (sessenta) meses, com pagamentos em parcelas mensais, iguais e sucessivas. As manutenções preventivas e corretivas iniciarão após o recebimento definitivo do novo sistema.

CLÁUSULA TERCEIRA 6 DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1. Este instrumento de Contrato e seus Anexos guardam inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2018 e da proposta da contratada que compõem o DOC. SEI Nº XXX do processo nº 59004/001954/2018-80, sendo dele parte integrante e inseparável, como se aqui estivessem integralmente transcritos.

CLÁUSULA QUARTA - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. As regras para o início da prestação dos serviços são aquelas previstas nos itens 5.3.1 do Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA QUINTA 6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, conforme descrição a seguir:

5.2. Os serviços previstos no item 4.1 do Anexo I deste Edital correrão na seguinte dotação orçamentária:

5.2.1. Fonte: 010000000;

5.2.2. Elemento de Despesa: 44905192;

5.2.3. Programa de Trabalho: 04.122.2111.2000.0001

5.3. Os serviços previstos no item 4.2 do Anexo I deste Edital correrão na seguinte dotação orçamentária.

5.3.1. Fonte: 280532020;

5.3.2. Elemento de Despesa: 33909302;

5.3.3. Programa de Trabalho: 04.122.2111.2000.0001

5.4. O programa de trabalho e elementos de despesa constarão da(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho(s).

CLÁUSULA SEXTA 6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São aquelas constantes no item 9 do Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA 6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São aquelas constantes nos itens 5.3.5, 6.2 e 8 do Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA OITAVA 6 DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será proporcional ao cumprimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) - Anexo VII, conforme prevê Instrução Normativa nº 05/17 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com as disposições no item 20 do Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA NONA 6 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo de vigência do contrato referente à prestação dos serviços descritos no item 4.1 do Anexo I deste Edital será de 18 (dezoito) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

9.2. O prazo de vigência do contrato referente à prestação dos serviços descritos no item 4.2 do Anexo I deste Edital será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos elevadores Social I e Serviço (item 12.3.4), com previsão de início para 16/09/2019, podendo ser prorrogado, pelos exercícios subsequentes, até o limite de 60 (sessenta) meses.

9.2.1. Na hipótese de alteração do cronograma de execução dos serviços, resultando em mudanças no prazo de recebimento citado acima, a vigência deverá ser ajustada para este novo marco.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. As regras de recebimento e fiscalização são aquelas previstas no item 26 do anexo I deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA 6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, além de outras previstas no Capítulo IV da Lei Nº 8.666/93, garantidas a prévia defesa e o contraditório:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da nota de empenho, por dia de atraso, na prestação dos serviços ou entrega de equipamentos, limitado a 10% (dez por cento);

11.1.3. Multa Administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota de empenho;

11.1.4. Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no subitem anterior.

11.2. A multa prevista nos itens 11.1.2 e 11.1.3 não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, sem demais prejuízos das demais penalidades previstas na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

11.3. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE.

11.4. Se a Multa for de valor superior aos pagamentos eventualmente devidos pela Autarquia, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo a mesma, quando for o caso, ser cobrada judicialmente.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA 6 DA ALTERAÇÃO

12.1. Poderá este Contrato ser objeto de alteração, ante circunstâncias de fatos supervenientes, consoante disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, observadas as formalidades legais e mediante assinatura de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA 6 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA 6 DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

14.1. Tal como prescrito na Lei, a Contratante e a Contratada não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA 6 DO REAJUSTE

15.1. Os valores contratados para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores serão reajustados anualmente levando-se em consideração as variações do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou por outro índice que o venha substituir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA 6 DA RESCISÃO

16.1. As regras de motivação de rescisão são aquelas previstas no item 24 do anexo I deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA 6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A Administração da Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira: Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, a Contratante poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda: Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

Subcláusula terceira: As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta: Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta: Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

Subcláusula sexta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA 6 DA PUBLICAÇÃO

18.1. O presente Contrato será publicado no D.O.U., até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, correndo a respectiva despesa por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA 6 DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir qualquer pendência com relação ao cumprimento deste Contrato.

19.2. E, por assim estarem de acordo, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Belém, xx de xxxxxxx de 2018.

p/ CONTRATANTE

p/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF nº

CPF nº